



Polícia vai investigar parecer sobre estrada.

RODOVIAS ESTADUAIS

Polícia vai investigar parecer sobre estrada

*Inquérito pedido pela
Ordem dos Advogados do
Brasil atinge Secretaria
do Meio Ambiente*

LIANA JOHN

CAMPINAS — Inquérito policial foi aberto ontem em Campinas, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contra o parecer técnico da Secretaria do Meio Ambiente sobre o prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes. O parecer embasará a votação final no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) do estudo e relatório de impacto ambiental (Eia-Rima) da obra, marcada para hoje.

O inquérito vai apurar a possibilidade de delito de falsidade ideológica e de crime do colarinho-branco. Em geral, esse tipo de parecer se atém aos aspectos técnicos relativos aos impactos ambientais provocados pela obra e às exigências de mitigação dos danos.

Para a OAB, porém, o parecer técnico altera os resultados de uma das audiências públicas do processo de Eia-Rima, com o intuito de "iludir os membros do Consema de que há aceitação do projeto por parte da comunidade universitária, técnico-científica e política da região e de sua população". Segundo a OAB, na audiência pública realizada em Campinas em 26 de julho "estiveram presentes mais de 500 prefeitos, vereadores, ambientalistas e moradores da região, resultando em his-

tórica condenação unânime (...)". Mas, acrescenta, "essa verdade foi criminosamente substituída na súmula publicada no *Diário Oficial* do Estado". As Câmaras de Campinas e de Hortolândia votaram pela rejeição da obra com o traçado proposto pelo Dersa. Parte da população afetada compareceu à audiência com faixas "contra a estrada assassina".

Segundo a secretaria, "ao longo dos meses de análise não foram apresentados por qualquer segmento da sociedade alternativas de traçado". Essa afirmação é contestada pelos representantes das instituições que prepararam a Alternativa Campinas — uma proposta de traçado de menor impacto ambiental e social. A Alternativa Campinas foi mostrada na audiência pública e discutida várias vezes com representantes do Dersa e do Departamento de Análise de Impactos Ambientais (Daia) em 95.

O secretário Fábio Feldmann declarou não estar a par dos detalhes do caso, mas reafirmou sua confiança na seriedade do Daia, que assina o parecer. Em julho, o próprio



RELATÓRIO
AMPARA
DECISÃO DE
CONSELHO

Feldmann enviou carta à Secretaria de Transportes apontando irregularidades, como falta de licenciamento ambiental antes da licitação.

A concorrência está na fase final e o licenciamento ainda depende da reunião do Consema. Pela lei, nem o edital podia ter sido publicado antes de aprovado o Eia-Rima. A abertura da licitação data de 18 de maio, e ali já está definido o traçado, que o Consema ainda vai apreciar hoje.